
EDITORIAL

Prezada leitora, prezado leitor,

O movimento editorial no Brasil cresceu muito nos últimos tempos, o que pode ser observado também no campo da educação. Em nossa área, não só se multiplicaram as editoras especializadas e os títulos publicados anualmente, como houve uma grande ampliação do número de periódicos. Nos dias de hoje contamos com mais de duas centenas de revistas de educação com características acadêmicas.

O crescimento do parque editorial e da inserção da produção científica nacional no mundo globalizado tem resultado no incremento de iniciativas que procuram disseminar certos padrões de publicação, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do que está sendo produzido e facilitar sua consulta e divulgação. Órgãos de fomento à pesquisa, como o CNPq e a Capes, vêm desempenhando um papel decisivo nesse sentido, ao lado da Associação Brasileira de Editores Científicos – Abec. Do mesmo modo, a avaliação de periódicos da educação, realizada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação – ANPEd – como subsídio à constituição do quadro de referência de periódicos da área utilizado pela Capes, tem contribuído para orientar o esforço de adequação das publicações às normas nacionais e internacionais, assim como propiciado o aprofundamento da discussão dos próprios padrões de qualidade das revistas, considerando as questões recorrentes e as especificidades da área.

Temos o prazer de anunciar, a propósito, que *Cadernos de Pesquisa*, ao lado de duas outras revistas, além de obter a mais alta classificação entre os periódicos científicos brasileiros, atingiu padrão internacional, segundo a comissão da ANPEd que os apreciou.

Há, contudo, algumas novas exigências de formatação, adotadas a partir deste número, para as quais gostaríamos de chamar a atenção.

Introduzimos o volume, que corresponde a uma notação anual do periódico e coincide com o ano legal. Como *Cadernos de Pesquisa* é um periódico publicado há 34 anos, não há razão para ignorar sua trajetória, começando, a essa altura, com o volume 1. Ainda que não haja marcação de volume nos anos anteriores, iniciamos o ano de 2004 com a publicação do volume 34, mantendo, entretanto, a seqüência numérica do periódico. Desse modo, os números deste ano serão 121, 122 e 123.

Uma segunda mudança, ainda que pequena – diríamos quase formal –, refere-se à periodicidade: doravante, os meses do quadrimestre serão apresentados com referência ao volume do ano, a saber: jan./abr. ano; maio/ago. ano; set./dez. ano. Finalmente, de acordo com a nova configuração, a numeração das páginas será sequencial no volume, ou seja, recomeçará apenas no primeiro número de cada ano.

Debrucemo-nos agora sobre o conteúdo deste número de *Cadernos de Pesquisa*.

Seu *Tema em Destaque* é educação e gênero. Dando continuidade à tradição pioneira da revista no tratamento das questões de gênero no país, os quatro estudos que compõem a seção analisam esse tema por diferentes prismas.

Após várias décadas em que o foco dos estudos de gênero incidiu quase que exclusivamente sobre as discriminações sofridas pelas mulheres no que se refere à educação, o artigo

de Marília Pinto de Carvalho enfileira-se às pesquisas mais recentes que buscam examinar as formas pelas quais a cultura escolar se manifesta como importante elemento de construção da identidade de meninos e meninas, seja na reprodução de estereótipos e atitudes restritivas que têm contribuído para levar os meninos a fracassarem mais no ensino fundamental, seja na construção de relações mais igualitárias entre os sexos.

A preocupação com a construção das identidades masculina e feminina na escola aparece também no estudo de adolescentes que freqüentam classes mistas de Educação Física no ensino geral básico da Argentina, realizado por Pablo Ariel Scharagrodsky no âmbito do 3º Programa de Pesquisa sobre Direitos Reprodutivos para a América Latina e Caribe – PRODIR 3º. O autor destaca, nesse processo, o papel que as relações de poder, marcadamente assimétricas, cumprem na escola.

Maria Eulina Pessoa de Carvalho questiona, em seu artigo, uma orientação recorrente das atuais políticas do ensino básico: a de incrementar a relação escola-família. Argumenta que a primeira é informada por um modelo ideal de família e de papel parental que não considera as mudanças históricas e a diversidade cultural nos modos de educação e reprodução social; as relações de poder entre a instituição e os diferentes atores sociais; as desvantagens materiais de grande parte das famílias e as relações que tendem a confirmar a tradicional divisão de sexo e gênero tanto no trabalho em casa, como na escola.

Do ângulo mais abrangente das diretrizes das políticas públicas de educação no Brasil, Cláudia Pereira Vianna e Sandra Unbehau examinam as principais leis, planos e orientações federais sob a ótica de gênero, com o intuito de apontar como essas diretrizes podem facilitar ou dificultar a aquisição de padrões democráticos nas relações entre homens e mulheres.

Na seção *Outros Temas* prossegue a preocupação com as relações de gênero, agora pela perspectiva do trabalho de mulheres que exercem cargos executivos no Brasil contemporâneo. Cristina Bruschini e Andrea Brandão Puppim, a partir do cenário no qual o trabalho das executivas surge e se consolida, analisam, com base nas estatísticas oficiais, sua presença em empresas brasileiras do setor formal. Apresentam, ainda, dados de entrevistas com algumas delas.

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco contribui para o entendimento das razões que justificam o estudo das primeiras representações sociais ao buscar estabelecer relação entre elas e os conceitos de ideologia e desenvolvimento da consciência.

Os demais artigos giram em torno da avaliação de políticas públicas de educação. O de Vanda Catarina Duarte caracteriza-se por uma típica avaliação de programas de governo e volta-se à análise de alternativas de formação continuada de docentes. Contou com financiamento do Banco Mundial e chega a conclusões sugestivas. O estudo de Ione Ribeiro Valle e suas alunas de iniciação científica faz uma apreciação, de corte mais predominantemente político, acerca da municipalização do ensino em Santa Catarina.

O texto de Celia Maria Marinho de Azevedo, que trata da questão racial, integra a seção *Temas em Debate*, dando seguimento à discussão das políticas afirmativas ao longo de vários números da revista.

Como poderão constatar, este exemplar dos *Cadernos de Pesquisa* aborda temas candentes no cenário brasileiro, abrindo para cada um deles um leque de interpretações instigantes que vale a pena conhecer.

As Editoras